



# JORNAL DO SINDALESP

Jornal do SINDALESP - Sindicato dos Servidores Públicos da Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Ano 15 - nº11 - www.sindalesp.org.br - Dezembro de 2010.

## Campanha Salarial 2011: Assembleia Geral aprova pauta de reivindicações apresentada à Mesa Diretora da Alesp



Em 1ª Assembleia Geral da categoria realizada na última 2ª feira, 13/12, os servidores da Alesp aprovam a pauta de reivindicações à Mesa Diretora. Pág. 3



Servidores da Alesp e TCESP elegendem a 1ª mulher presidente do sindicato. Pág. 16



Novo Projeto de Resolução de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Res. 776. Pág. 9



Cumprimento do acórdão no TCESP. Gratificação pessoal. Pág. 7



Eleições 2010, diplomação dos eleitos ocorre em todo o país. Págs. 12 e 13



# Sindalesp: Nova diretoria triênio 2011/2013

**Propostas apresentadas e compromissos assumidos**

1- AUMENTO REAL DE SALÁRIO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLAIVA E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

2- CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE AUXÍLIO SAÚDE PARA OS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ALESP E DO TCESP.

3- ESTABELECIMENTOS DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA ATRIBUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO - GED, E EXTENSÃO A TODOS OS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

4- IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS E FIXAÇÃO DE SUBTETO UNIFICADO.

5- IMPLANTAÇÃO DE PROJETO RESOLUÇÃO DAS SOBRAS ORÇAMENTÁRIAS, NA CONCESSÃO DE ABONO SALARIAL NO FINAL DO ANO, PARA TODOS OS SERVIDORES DA ALESP E DO TCESP.

6- APERFEIÇOAMENTO E REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DO SINDALESP, COM A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DA ALESP E TCESP.

7- REALIZAÇÃO CAMPANHAS PREVENTIVAS NA ÁREA DA SAÚDE, TAIS COMO: DIABETES, GLAUCOMA, COLESTEROL, TRIGLICERES, DEPRESSÃO, ASSÉDIO MORAL.

8- CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA ALESP E DO TCESP COMO CARREIRA TÍPICA DO ESTADO.

9- PROMOVER REUNIÕES SOCIAIS PERIÓDICAS NO ESPAÇO SINDALESP, PARA A SOCIALIZAÇÃO DOS SERVIDORES, PROPORCIONANDO A INTEIRAÇÃO DOS APOSENTADOS, COMO FORMA DE LAZER E DESCONTRAÇÃO, ATRAVÉS DE EVENTOS CULTURAIS, PALESTRAS, PASSEIOS OU EXCURSÕES.

10- REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS DE FUTEBOL DE SALÃO, ESTRUTURAÇÃO E CRIAÇÃO DAS OLIMPÍADAS DO PODER LEGISLATIVO, CONVIDANDO OS PRATICANTES DE ESPORTES DE VÁRIAS MODALIDADES E DE OUTROS LEGISLATIVOS ALÉM DO NOSSO.

11- GARANTIR REPRESENTANTES DO SINDALESP EM CONSELHOS, COMO SPREV E SINP, E QUE SEJAM ESCOLHIDOS EM PROCESSO DE AMPLA MAIORIA OU ELEIÇÃO, COM A PRESENÇA DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

12- AMPLIAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO ATENDIMENTO JURÍDICO DIÁRIO GRATUÍTO NA ALESP E TCESP.

13- APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARGO, CARREIRAS E VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA ALESP (RESOLUÇÃO 766/96) E DO TCESP (LC 1026/2007). VISANDO CORRIGIR DISTORÇÕES E INJUSTIÇAS.

**Todos Juntos**  
HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE E NO TRABALHO



## JORNAL DO SINDALESP

### EXPEDIENTE

Presidente ..... Rosely Teresinha Assis  
 Jornalista Responsável ..... Celso Jardim (MTB 39490-SP)  
 Diagramação ..... André Cavaliere  
 Impressão ..... Gráfica OESP  
 Tiragem ..... 5000 exemplares  
 CNPJ ..... 00.953.143/0001-18  
 Inscrição Estadual ..... 148.544.190-110

Jornal do Sindalesp é uma publicação do Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

# Campanha Salarial 2011: Assembleia Geral aprova pauta de reivindicações

O SINDALESP - Sindicato dos Servidores Públicos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, entidade de 1º grau do sistema confederativo e representativo da categoria profissional dos Servidores Públicos da ALESP e do TCESP, com abrangência e base territorial em todo o Estado de São Paulo apresenta resumidamente a proposta aprovada na 1ª Assembleia Geral da Campanha Salarial de 2011, realizada em 13 de dezembro de 2010, a saber:

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2011

### 1. Reajuste Salarial

Recomposição salarial calculada com base na variação integral do INPC ou IPCA, no período de 01/03/2010 a 28/02/2011, a ser aplicado sobre a tabela de reclassificação nos cargos do QSAL.

### 2. Reajuste do vale-refeição

Reajuste do vale-refeição de R\$20,00 para R\$30,00. O valor

atual encontra-se defasado e insuficiente para cobrir a despesa com a refeição diária do servidor.

### 3. Reajuste do Auxílio-Alimentação

O auxílio alimentação tem natureza diversa daquela que embasa o auxílio-refeição. O



benefício foi instituído para dar suporte à alimentação do servidor e seus familiares e estender aos servidores ativos, aposentados e afastados junto a ALESP.

### 4. Gratificação Especial de Desempenho

Estabelecimento de critérios justos para concessão desta gratificação aos servidores do QSAL, estendendo-se aos inativos e aposentados, a exemplo da GAM - Gratificação por Atividade do Magistério, incluída na proposta do governador do Estado de SP (artigo publicado na

Folha de SP, em 09/02/2010.

### 5. Auxílio Saúde

A Implantação do Programa de Assistência à Saúde Suplementar da Assembleia Legislativa, instituído pela Resolução 858/08, com o valor inicial de R\$ 150,00, através da modali-

dade de reembolso, em caráter indenizatório a todos os servidores ativos, inativos e aposentados como beneficiários é mister a alteração do artigo primeiro da Resolução nº 858/08.

### 6. Apresentação do Ante-Propeto da Resolução 776/96

Por ocasião da edição da Res.776/96 as carreiras da ALESP foram organizadas dentro da perspectiva do provimento dos cargos através do instituto do acesso, que se encontra banido do nosso ordenamento jurídico.

### 7. Abono Salarial

As sobras orçamentárias apuradas no final do exercício de 2011 devem ser distribuídas a todos os servidores ativos e inativos, em forma de abono, conforme se tem aplicado nos anos anteriores no item de auxílio-alimentação. Desta forma não incidiria qualquer tipo de imposto e todos os funcionários o receberiam, mesmo que estivessem no teto salarial.

## SindAlesp propõe reformulação da GED

O SindAlesp apresentou a Mesa Diretora da Alesp a seguinte proposta de reformulação de Gratificação Especial de Desempenho (GED):

Acréscimo de artigo às disposições Gerais e Finais da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996, o artigo 83-A, com a seguinte redação:

### Alterações ao artigo 15 da Proposta da Comissão de Reformulação da 776/96:

1) Dê-se ao artigo 15 da Proposta da Comissão a seguinte redação:

“Artigo 15 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, notadamente os artigos 56, 58, 62, 63, 64, 65, 66 e 67, da Resolução nº 776, de 14

de outubro de 1996, o artigo 13 da Resolução nº 783, de 01 de julho de 1997, que criou a Gratificação de Controlador de Programa de Qualidade e o artigo 3º e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 1011, de 15 de junho de 2007, que criou a Gratificação Especial de Desempenho.

2) Acrescente-se às Disposições Gerais e Finais a Proposta da Comissão o artigo 8º, com a seguinte redação:

“Das Disposições Gerais e Finais Artigo 8º - Fica instituída Gratificação Especial, que passa a compor a remuneração dos servidores ativos e inativos do QSAL, juntamente com as parcelas remuneratórias enumeradas nos artigos 68 e 70 da Resolução nº 776, de 14

de outubro de 1996, a Gratificação de Representação de que trata o artigo 135, inciso III, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, e a Gratificação Legislativa criada pela lei nº 8.238, de 24 de março de 1993.

Parágrafo 1º - Os valores da Gratificação Especial de que trata este artigo, correspondentes às classes de cargo do QSAL e calculados com base no valor do vencimento do nível I

da Classe de Analista Legislativo, são os constantes do Anexo IV, que faz parte integrante desta Resolução.

Parágrafo 2º - Para o servidor inativo, o valor da Gratificação Especial é o correspondente à classe do cargo que ocupava quando ocorreu a aposentadoria.

Parágrafo 3º - “A Gratificação Especial será considerada para efeito de contribuição para o sistema previdenciário.”

Gratificação	valor	cargo
G.E. I	3.075,40	Procurador-ALESP
G.E. II	2.460,32	Analista Legislativo
G.E. III	1.845,24	Técnico Legislativo
G.E. IV	1.230,16	Agente Legis. Técn. e Adm.
G.E. V	615,08	Agente Legis. Operacional

# Equívoco da Mesa Diretora na interpretação do reajuste provocou uma das mais longas campanhas salariais da Alesp

**1ª Assembleia Geral**

A campanha salarial 2010 teve início em fevereiro deste ano com a entrega da pauta de reivindicações, protocolizada em 25.02.2010 após a 1ª Assembleia Geral da Categoria. O andamento e a evolução das negociações foram marcados pela lentidão no encaminhamento das decisões e interpretações infundadas e não amparadas na legislação eleitoral da Mesa Diretora. Principalmente pelo fato que a Mesa Diretora entendeu que o reajuste dos servidores não poderia ser sobre o período dos meses de março a dezembro de 2009, e encaminhou

um projeto de lei complementar com índice de 1,53% apenas de janeiro e fevereiro de 2010.

O Sindicato da categoria, SINDALESP e as entidades representativas, AFALESP, ASPAL, AATL, AATLP, AAALALESP, mantiveram contato constante com representantes da presidência, deputado Barros Munhoz, da 1ª secretaria, deputado Carlinhos Almeida, e da 2ª secretaria, deputado Aldo Demarchi, em busca do diálogo e entendimento para a discussão das propostas apresentadas para o acordo salarial.

**Campanha Salarial Convocação****4ª Assembleia Geral****5ª Assembleia Geral****Campanha Salarial Manifestação****Campanha Salarial no Plenário**

# Ação do Sindalesp junto ao TRE garantiu a reposição salarial



## DECISÃO DO TRE-SP

O Tribunal Regional Eleitoral decidiu que os meses do ano (2009) anterior as eleições desse ano (2010), devem ser considerados para o cálculo da recomposição salarial. A data base da categoria é 1º de março. Deste modo o TRE decidiu que os meses de

março/09 a dezembro/09, devem ser considerados juntamente com os meses de janeiro e fevereiro de 2010 para o reajuste salarial. A Mesa Diretora deveria alterar de 1,53% para 4,83% o reajuste salarial dos servidores da Alesp.

## TERMO DE ACORDO

Mesmo assim a Mesa Diretora resolveu ainda consultar o TSE - Tribunal Superior Eleitoral a decisão sobre parecer foi acompanhada pelo departamento jurídico do Sindalesp através do advogado Dr. Luis Furlan. O TSE ainda indicou os casos

em que se registraram a jurisprudência de consulta similar e a reposição salarial pelo índice da inflação foi aplicado.



## Rede Credenciada

Desde o início de suas atividades, a Dentalpar busca profissionais parceiros, permitindo que sua rede credenciada atenda aos mais modernos e sofisticados tratamentos odontológicos.

Distribuída por todo Brasil, nossa ampla rede é formada por consultórios, clínicas, centros radiológicos e pronto-socorros 24 horas, participando de um programa de credenciamento e atendimento personalizado que realiza sua expansão de acordo com a necessidade de nossos associados e os padrões de qualidade estabelecidos pela ANS (Agência Nacional de Saúde).



www.dentalpar.com.br



Para associados do plano DENTALPAR oferecemos implantes em até 24 parcelas \*

\* No cartão de vantagens Inclub Caixa Econômica Federal, sujeito a avaliação de crédito.

Tel.: (011) 5094-4003.  
ANS-32.289-0



**DENTALPAR**  
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

# URV – Eu Tenho Direito?



Você talvez se lembre que, anos atrás, o SINDALESP, em conjunto com a AFALESP, promoveu uma ação de mandado de segurança, representando os seus interesses no que diz respeito à URV. E perdemos a ação. Não pelo mérito, mas o Superior Tribunal de Justiça entendeu que naquela ação não se haviam juntado provas suficientes de que a Assembléia Legislativa não havia pago o valor da URV, conforme realmente acreditamos que não pagou. Perdi o direito? Não, não perdeu. Você não perdeu o direito, pois não perdeu a ação. Quem perdeu a ação foi o SINDALESP e a AFALESP.

E também eles não perderam a ação no mérito, mas sim na forma do processo.

Mas eu tenho direito? Caso você tenha ingressado na Assembléia até fevereiro de 1994, você tem direito de ingressar com a ação.

E eu que não entrei até fevereiro de 1994? Você não tem direito, pelo menos na fase inicial. Caso se verifique que houve reajuste do salário base da Assembléia, aí então você poderá pleitear a igualdade. Mas, por enquanto, não tem direito.

E o que é mesmo a URV? Uma lei dispôs que o Poder Público deveria fazer uma média entre os meses de novembro

de 1993; dezembro de 1993; janeiro de 1994 e fevereiro de 1994, para calcular o salário do mês de março de 1994. Não sei se você se recorda, mas, naquele tempo, a moeda da época (o cruzeiro) era calculada por meio de um índice diário, chamado de Unidade Real de Valor (em julho de 1994 virou real, pela transformação de uma quantidade de URVs na moeda atual). Assim, importante que o valor de março de 1994 reflita o valor médio das URVS. Como isso representava ganho para o trabalhador, o Poder Público, em geral, não o aplicou.

Eu me aposentei. Posso entrar com a ação? Pode, sim. Eu sou pensionista. Eu posso? Também pode.

O que eu faço? Peça, na Assembléia, os certidão do que ela te pagou nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro, fevereiro e março de 1994. Caso não tenha sido corrigido como deveria, é a prova que precisa para entrar com a ação.

Faz tempo. Não perdi meu direito? Faz tempo. Mas, como se trata de direito contínuo (uma vez não tendo sido corrigido em março, você foi perdendo dinheiro mês a mês até hoje), se você não teve o direito negado expressamente pela Assembléia, você não perdeu o direito em si. Perdeu apenas o direito de reclamar as prestações que excedam 5 anos da data da propositura da ação (prescrição).

Tenho chance de ganhar? Tem, sim. A jurisprudência tem sido favorável aos servidores, tanto no estado de São Paulo como no Brasil. Mas lembre-se: chance não é certeza. Depende do juiz e você pode ganhar e seu colega perder e vice-versa.

É muito ou pouco? Não sabemos. Cálculos variam entre 6% e 17%. Se o seu salário é maior ganhará mais, se menor, ganhará menos. Como o valor se aplica sobre os últimos 5 anos (60 salários) pode ser que valha a pena.

O que preciso? Precisa escolher o advogado, outorgar uma procuração e comprovar que era funcionário da ALESP no período novembro/93 a fevereiro/94 (o que pode ser feito pelos holerites que precisa trazer) e que ainda tem vínculo com a ALESP ou é aposentado por ela.

O SINDALEP vai patrocinar a causa? Vai, sim. Colocou o Departamento Jurídico à sua disposição.

Vai cobrar por isso? No caso de êxito, será fixado um percentual de remuneração para o advogado. Mas o SINDALESP não vai cobrar do sindicalizado.

Eu não sou sócio. Posso entrar? Recomendamos que seja sócio. É muito melhor. Mas, se não for sócio, pode entrar também. Mas, nesse caso, deverá pagar por isso. Para quem não é sócio, o custo da ação, para entrar, é de um salário mínimo (hoje R\$ 510,00).

# TCESP: Sindalesp pede cumprimento de acórdão



Como tinha sido comunicado anteriormente, o seu SINDALESP conseguiu importante vitória a todos os servidores do TCE - ativos e inativos - restabelecendo os seguintes direitos que haviam sido suprimidos por ocasião da reclassificação funcional: gratificação pessoal já adqui-

rida (que a lei de progressão funcional não suprimiu expressamente) e cômputo de quinquênios fora do Tribunal, em outros órgãos da Administração Pública.

Falta ainda o pagamento dos atrasados, mas o SINDALESP já reivindicou, também. Afinal, faz um ano que a de-

cisão que julgou a causa foi determinada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Por isso mesmo, Assembléia realizada na última semana, determinou que seja tomada providência para resguardar a totalidade dos direitos. Atendendo ao apelo dos diretores JOSÉ RICARDO, DÉBORA e BELARMINO, a Presidência do SINDALESP, por meio da presidenta ROSELY, determinou que o Departamento Jurídico aja com a maior energia, visando a obtenção do resultado e, paralelamente, solicitou audiência junto à Presidência do TCE, para transmitir a justa preocupação dos servidores, em receber a totalidade do que lhes

foi concedido pela Justiça. Embora tenha acontecido a re-implantação do direito (as gratificações suprimidas voltaram no início de novembro, pagamento de outubro), em alguns casos aconteceu erro, por parte do Tribunal de Contas. Nesses casos, a orientação do SINDALESP é que procurem o próprio TCE, por meio do Departamento de Recursos Humanos, apontando os erros acontecidos.

Para a formulação do pleito, tanto os diretores do SINDALESP quanto o Departamento Jurídico estão colocados à disposição de todos.

**Depto. Jurídico**  
**Dr. Luís Furlan**

## Sempre ao lado dos servidores da ALESP e do TCE/SP



Podemos acrescentar que, o nosso departamento jurídico continuará sempre atendendo aos sindicalizados ou não, em plantões no Sindalesp e na sede do TCE/SP especialmente aos servidores do TCE/SP.

“Este foi um ano de muitas lutas e grandes conquistas. E nós, profissionais integrantes do corpo jurídico desta respeitável instituição sindical, nos orgulhamos de ter participado ativamente destes atos, contribuindo para que os objetivos fossem alcançados, sempre da melhor forma. Lutamos com cada um e por cada um dos associados deste sindicato, em busca de fazer valer seus direitos e garantias.

Sempre dispostos a lutar pelo interesse de cada associado, e defendendo-os na melhor forma do Direito, esperamos reencontrá-los em 2011, com muita saúde, paz e alegria. Desejamos a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de realizações e prosperidade! “São estes os nossos mais sinceros votos.”

**MELO ROSA E SOUSA**  
**ADVOGADOS ASSOCIADOS**

## TRT decide pela extinção de ação sobre a eleição no Sindalesp



O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região da 24ª Vara do Trabalho decidiu pela extinção sem resolução de mérito de Ação por demanda de Olívia Maria Teixeira Gurjão, conforme o teor da sentença:

**CONCLUSÃO:** Cumpre chamar o processo a ordem:

A autora Olívia Maria Teixeira Gurjão propôs Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada em face do Sindicato dos Servidores Públicos da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Joaquim Emiliano Amorim, representante e presidente da comissão eleito-

ral das eleições 2010 do sindicato, argumentando que estava em curso o processo eleitoral para a diretoria do sindicato réu, com a coleta e apuração de votos marcada para os dias 08 e 09 de setembro de 2010 e que é candidata a presidente da chapa Um Sindicato para Categoria: Chapa Oposição. Afirmou que o processo eleitoral não respeita os preceitos democráticos do país e que apesar de respeitar todas as regras do edital de convocação do pleito, a comissão eleitoral indeferiu o registro de sua chapa. Postulou a concessão de tutela antecipada para que os membros da comissão eleitoral do sindicato defiram o registro da chapa representada pela autora, que ao final seja confirmado o direito da reclamante e de sua chapa de concorrer ao processo eleitoral, honorários advocatícios e justiça gratuita. Tutela antecipada indeferida à fl.116. A autora impetrou Mandado de Segurança tendo como objeto a concessão da liminar para

a participação da sua chapa no processo eleitoral do sindicato réu, conforme fls.153/167, sendo a liminar negada pelo E.TRT, fl.152. Informações do Mandado de Segurança prestadas à fl.168. A autora postulou a reconsideração do indeferimento da tutela antecipada às fls.178/181, a qual foi indeferida à fl.185.

O primeiro réu apresentou contestação escrita às fls.192/205 alegando preliminarmente a perda do objeto e interesse de agir e impugnando os benefícios da justiça gratuita. No mérito, rechaçou os termos da inicial e pugnou pela improcedência. Juntou procuração e documentos às fls.206/254.

É o relatório. Decide-se.

Verifica-se que o objeto da lide era tão somente a concessão da tutela antecipada, e posterior manutenção no mérito, para o deferimento da participação da chapa representada pela autora no processo eleitoral da reclamada, o que foi indeferido por este Juízo, bem como pelo

E.TRT na análise do pedido liminar do Mandado de Segurança. Considerando que o processo eleitoral do sindicato reclamado ocorreu nos dias 08 e 09 de setembro de 2010, houve a perda total do objeto da presente demanda. Logo, a extinção do feito é à medida que se impõe. Assim, diante de todo o exposto, julgo EXTINTO o processo movido por Olívia Maria Teixeira Gurjão em face de Sindicato dos Servidores Públicos da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Joaquim Emiliano Amorim, sem resolução do mérito, por força do artigo 267, IV e VI do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo legal, autorizado o desentranhamento dos documentos que instruíram a exordial, com a posterior remessa dos autos ao arquivo. Intimem-se. São Paulo, data supra.

DRA. FÁTIMA APARECIDA A. HENRIQUES M. FERREIRA  
Juíza do Trabalho



Cooperativa de Crédito Mútuo dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo.

### VENHA PARA O SEU NOVO BANCO: CREDIFISCO

A CREDIFISCO é uma Cooperativa de Crédito da qual a SINDALESP é afiliada. Portanto, todo associado da SINDALESP pode também se utilizar dos benefícios oferecidos pela Credifisco. Aproveite porque a Credifisco está com uma maravilhosa Promoção de Natal.

#### APROVEITE:

- 1- Os juros de empréstimos até 12 meses baixaram para até 1,50% a.m.;
- 2- Quem tem Cadastro Positivo tem vantagens desde já;
- 3- Você que já é associado, pode estar também classificado na *fidelização* aí você será um cliente super especial;
- 4- Se você se filiar agora, também pode ter alguma vantagem fale com a gente.
- 5- Na Credifisco você tanto pode tomar dinheiro emprestado como pode também aplicar o montante que você quiser, com segurança e com a melhor rentabilidade possível, na renda fixa.

Telefone: 3106-1529

e-mail: credifisco@credifisco.com.br

site: www.credifisco.com.br

Seja cooperado da CREDIFISCO e tenha os serviços de uma rede bancária.

Fale com a CREDIFISCO

Av. Rangel Pestana, 271 - 8º andar - Sala 81  
Centro - São Paulo - SP - CEP 01017-000



# 776/96: Plano de Carreira já



Por ocasião da edição da Res.776/96 as carreiras da ALESP foram organizadas dentro da perspectiva do provimento dos cargos através do instituto do acesso, que se encontra banido do nosso ordenamento jurídico. A alteração fundamental de concepção trazida pela obrigatoriedade constitucional de provimento de cargos apenas por concurso público fez com que a aplicação dos institutos da promoção e progressão, estabelecidos sob outra perspectiva, passasse a gerar os mais variados tipos de distorção, que vêm se agravando ao longo do tempo.

A forma piramidal de carreira não mais se justifica e a Resolução 776/96 de 14 de outubro de 1996, após 14 anos, precisa ser urgentemente APERFEIÇOADA para abrigar

as emendas constitucionais posteriores à sua edição.

Recentemente foi aprovada na ALESP a Lei Complementar nº1080, de 17 de dezembro de 2008, que institui o Plano Geral de Cargos para os servidores das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral e Autarquias. Dentre outras inovações a LC 1080/2008

estabelece carreiras mais enxutas (art. 28 até art.31), valoriza a qualificação do servidor, não excluem dos reenquadramentos os inativos, reserva privativamente aos servidores efetivos os cargos de chefia (art.6º).

Devemos esperar dos Senhores Parlamentares a mesma compreensão que demonstraram ao aprovar a LC 1080/2008, que beneficiou nossos colegas servidores do Executivo, para as mudanças necessárias da Res.776/96.

Este preâmbulo se faz necessário, pois alguns itens de nossas reivindicações, da Campanha salarial de 2010 foram atendidos, como:

A formação da Comissão de Reformulação do PR 776/96, formada por membros da Mesa Diretora e das Entida-

des Afalesp e Sindalesp, perfazendo o total de 05 servidores, sob a coordenação do Dep. de Recursos Humanos da Alesp.

Foi um Trabalho árduo da equipe, que se dedicou por quase 05 meses, com extensas reuniões debatendo item por item, das inúmeras distorções do nosso Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Hoje temos a grata satisfação de dever cumprido, pois o trabalho foi realizado com sucesso e está aí nosso 1º passo para quebrarmos as correntes que amarravam nossa carreira.

Desde 1996 os servidores esperam uma força maior que empreendesse esta difícil tarefa, que é demonstrar aos superiores, que seus servidores públicos, estão há anos esperando uma recompensa pela dedicação ao trabalho executado, participando de cursos, concursos, avaliações, porém a tão esperada progressão funcional nunca vem.

As ENTIDADES juntamente com o grupo de trabalho, desejam que os esforços empreendidos nesta árdua tarefa, trilhem rapidamente os caminhos para a aprovação deste ANTEPROJETO de Reforma Administrativa do Quadro dos Servidores Públicos da Alesp e que DEFINITIVAMENTE possamos sanar distorções e instrumentos de mobilidade, que na prática não são eficazes, produzindo resultados distorcidos e injustos.

O trabalho da Comissão de Reformulação da 776/96, resultado do novo Projeto de Resolução de Cargos, Carreiras e Vencimentos, ou seja, nossa Reforma Administrativa.

Temos acompanhado o sucesso obtido nas Reformas Administrativas da Câmara dos Deputados e os resultados são sempre positivos aos servidores públicos federais. Esperamos que as mesmas medidas sejam adotadas com os servidores públicos desta Casa de Leis.

## Mesa Diretora aprova Abono

A Mesa Diretora da Alesp depois de muitas reuniões e prolelações com as entidadesrepresentativas dos servidores, finalmente aprovou o abono de sobras orçamentária no valor de R\$ 800,00.



# Remédio Popular

Farma Ponte

Visite nosso site: [www.farmaponte.com.br](http://www.farmaponte.com.br)  
e procure o endereço mais próximo a você

**Balancete Financeiro - Janeiro/2009 a Dezembro/2009****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ 00.953.143/0001-18

Contribuições de Associados	R\$ 606.835,75
RECEITAS VENDAS	R\$ 61.773,26
Farmácia	
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 3.529,55
descontos obtidos/Aluguel	
DEDUÇÃO DA RECEITA	R\$ -220,73
icms	
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>R\$ 671.917,83</b>
<b>CUSTOS / DESPESAS</b>	<b>R\$ 96.035,26</b>
Custo Mercadorias Vendidas	
DESPESAS TRABALHISTAS	R\$ 232.318,82
despesas de salários, férias, 13º salário, indenizações, INSS, FGTS, PIS, sobre folha, auxílio creche, assistência médica, vale-transporte e vale refeição.	
DESPESAS DE SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 127.357,30
serviços prestados pessoa jurídica, pessoa física, assistência contábil e serviços de impressos gráficos	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO	R\$ 16.691,80
manutenção e reparo, equipamentos de informática	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ 8.477,24
IPTU, INSS sobre serviços, Contribuição associativa e TLIF	
DESPESAS COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE	R\$ 15.019,88
anúncio, propaganda e publicidade	
DESPESAS COM FARMÁCIA	R\$ 33.108,51
DEPRECIACÃO / AMORTIZAÇÃO	R\$ 29.750,62
depreciações	
DESPESAS GERAIS	R\$ 116.760,55
energia elétrica, telefone, correios, material de limpeza, material de escritório, alimentação, copa e cozinha, xerox, festas/eventos/comemorações, assinaturas informativas, tarifas bancárias, multas e juros, veículos/ conduções/ viagens, internet, cursos, legais e judiciais, material de consumo, condomínios e funerais	
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 1.238,46
juros passivos e IOF	
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>R\$ 676.758,44</b>

DONIZETE FERNANDES  
CT 1SP092767/O-3ROSELY TERESINHA ASSIS  
PRESIDENTELOURIVALDO JOSÉ DA SILVA  
TESOUREIRO**TOTAL DAS RECEITAS R\$ 671.917,83**  
**TOTAL DAS DESPESAS R\$ (676.758,44)**  
**RESULTADO DO PERÍODO R\$ (4.840,61)**

# Balancete Financeiro - Janeiro/2010 a Agosto/ 2010

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE JANEIRO/2010 A AGOSTO/2010

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ 00.953.143/0001-18

RECEITA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIADOS	R\$ 442.621,04		
RECEITA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 350.384,30		
RECEITAS VENDAS	R\$ 74.970,51		
Farmácia			
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 5.811,71		
descontos obtidos/Aluguel			
DEDUÇÃO DA RECEITA	R\$ -884,66		
icms/vendas canceladas			
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>R\$ 874.672,22</b>		
<b>CUSTOS / DESPESAS</b>	<b>R\$ 79.572,58</b>		
Custo Mercadorias Vendidas			
<b>DESPESAS TRABALHISTAS</b>	<b>R\$ 183.034,49</b>		
despesas de salários, férias, 13º salário, indenizações, INSS, FGTS, PIS, sobre folha, auxílio creche, assistência médica, vale-transporte e vale refeição.			
<b>DESPESAS DE SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>R\$ 100.488,04</b>		
serviços prestados pessoa jurídica, pessoa física, assistência contábil e serviços de impressos gráficos			
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO</b>	<b>R\$ 4.945,83</b>		
manutenção e reparo, equipamentos de informática			
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>R\$ 8.144,13</b>		
IPTU, INSS sobre serviços, Contribuição associativa e TLIF			
<b>DESPESAS COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE</b>	<b>R\$ 13.926,86</b>		
anúncio, propaganda e publicidade			
<b>DESPESAS COM FARMÁCIA</b>	<b>R\$ 85.508,97</b>		
<b>DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO</b>	<b>R\$ 20.073,25</b>		
depreciações			
<b>DESPESAS GERAIS</b>	<b>R\$ 112.261,89</b>		
energia elétrica, telefone, correios, material de limpeza, material de escritório, alimentação, copa e cozinha, xerox, festas/eventos/comemorações, assinaturas informativas, tarifas bancárias, multas e juros, veículos/ conduções/ viagens, internet, cursos, legais e judiciais, material de consumo, condomínios e funerais			
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>R\$ 996,38</b>		
juros passivos e IOF			
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>R\$ 608.952,42</b>		
DONIZETE FERNANDES CT 1SP092767/O-3	ROSELY TERESINHA ASSIS PRESIDENTE	LOURIVALDO JOSÉ DA SILVA TESOUREIRO	<b>TOTAL DAS RECEITAS R\$ 874.672,22</b>
			<b>TOTAL DAS DESPESAS R\$ (608.952,42)</b>
			<b>RESULTADO DO PERÍODO R\$ 265.719,80</b>

# Oposição cresce na ALESP

**A oposição conseguiu aumentar o número de cadeiras e poderá ter força para criar CPIs dependendo dos acordos partidários que serão fechados.\* Celso Jardim**



**Maiores Bancadas: PT elegeu a maior bancada com 24 deputados, seguido pelo PSDB com 22 eleitos.**

Para criar uma CPI é preciso do voto de 32 dos 94 deputados estaduais. Durante o governo de José Serra (PSDB) a oposição tinha 23 deputados. Agora, o PT subiu sua bancada de 20 para 24 deputados, conquistando pela segunda

vez na história o maior número de cadeiras, a última vez foi em 2003, com 23. Com o PCdoB, PSB e PSOL, a oposição terá 30 deputados.

O PDT, que fez parte da coligação de Aloizio Mercadante na disputa ao governo, elegeu

quatro deputados. Contudo, historicamente a maior parte dos deputados do partido no estado é governista. Os partidos da aliança governista em São Paulo, PSDB, DEM, PV, PTB, PSC, PPS, PRB, PR e PP, terão 56 deputados.

A bancada pró-Alckmin pode ficar maior com os quatro deputados do PMDB, também aliado dos tucanos no estado. No entanto, durante a campanha, com a saída de Orestes Quércia da disputa ao Senado, a bancada ao partido retirou o apoio a Alckmin. Em 16 anos de poder em São Paulo, o PSDB sempre teve a maioria absoluta na Assembleia. Graças a essa hegemonia, nenhuma das CPI propostas foi aprovada na última legislatura. Depois do PT, PSDB foi o partido com mais deputados (22). PDT, PTB, PMDB, PSC e PPS têm quatro deputados cada. O PV paulista surfou no bom desempenho de Marina Silva no

estado e fez a terceira maior bancada com 9 deputados. Já o DEM sofreu o maior refluxo e perdeu quatro vagas.

A renovação no quadro de deputados estaduais paulistas foi de 36%. Entre os 94 eleitos, que tomarão posse em março de 2011, 34 não exercem mandato. Dos 78 parlamentares atuais que tentaram a reeleição, 60 tiveram êxito.

Não se reelegeram nomes conhecidos, como Vitor Sapienza, que tentava sua sétima legislatura pelo PPS, Uebe Rezek, do PMDB, três vezes deputado, e Roberto Felício, líder da bancada do PT. Como conquistou o maior número de cadeiras para a próxima legislatura, o PT deverá pleitear a Presidência da Assembleia no próximo ano. De acordo com a liderança do partido, porém, ainda não foi decidido qual seria o deputado indicado. Veja abaixo a lista de deputados estaduais eleitos:

## PT

Rui Falcão PT  
Enio Tatto PT  
Alencar PT  
Geraldo Cruz PT  
Carlos Grana PT  
Simão Pedro PT  
Ana Perugini PT  
João Paulo Rillo PT  
João Antonio PT  
Donisete Braga PT  
Luiz Moura PT  
Isac Reis PT  
Luiz Claudio Marcolino PT  
Antonio Mentor PT  
Telma De Souza PT  
Gerson Bittencourt PT  
Hamilton Pereira PT  
Ana Do Carmo PT  
Marcos Martins PT  
Adriano Diogo PT  
Zico PT  
Marco Aurélio De Souza PT  
José Candido PT

## PSDB

Bruno Covas PSDB  
Paulo Alexandre Barbosa PSDB  
Fernando Capez PSDB  
Pedro Tobias PSDB  
Barros Munhoz PSDB  
Orlando Morando PSDB  
Samuel Moreira PSDB  
Analice Fernandes PSDB  
Celino PSDB  
Mauro Bragato PSDB  
Carlos Bezerra Jr. PSDB  
Roberto Engler PSDB  
Célia Leão PSDB  
Celso Giglio PSDB  
Marcos Zerbini PSDB  
Roberto Massafra PSDB  
Helio Nishimoto PSDB  
Ary Fossen PSDB  
Carlão Pignatari PSDB  
Maria Lúcia Amary PSDB  
Cauê Macris PSDB  
Welson Gasparini PSDB

## PV

Rita Passos PV  
Feliciano PV  
Giriboni PV  
Pastor Dilmo Dos Santos PV  
Padre Afonso PV  
Reinaldo Alguz PV  
Chico Sardelli PV  
Dr. Ulysses PV  
Regina Gonçalves PV

## DEM

Aldo Demarchi DEM  
Andre Soares DEM  
Edmir Chedid DEM  
Estevam Galvao DEM  
Gil Arantes DEM  
Gilson De Souza DEM  
Milton Leite Filho DEM  
Milton Vieira DEM

## PCdoB

Leci Brandão PCdoB  
Pedro Bigardi PCdoB

## PDT

Major Olimpio PDT  
Rafael Silva PDT  
Rogerio Nogueira PDT  
Jose Bittencourt PDT

## PMDB

Baleia Rossi PMDB  
Caruso PMDB  
Jooji Hato PMDB  
Itamar Borges PMDB  
Vanessa Damo Orosco PMDB

## PPS

Alex Manente PPS  
Roberto Moraes PPS  
Gondim PPS  
Davi Zaia PPS

## PR

Andre Do Prado PR

## PRB

Gilmaci Santos PRB  
Sebastião Santos PRB

## PSB

Vinicius Camarinha PSB  
Ed Thomas PSB  
Bolçone PSB

## PSC

Rodrigo Moraes PSC  
Pr. Carlos Cezar PSC  
Adilson Rossi PSC  
Marcos Neves PSC

## PTB

Campos Machado PTB  
Coronel Edson Ferrarini PTB  
Roque Barbieri - Roquinho

## PTB

Heroilma Soares Tavares PTB

## PSOL

Carlos Giannazi PSOL

## PP

Curiati PP

# Dilma Rousseff é eleita primeira mulher presidente do País

\* Celso Jardim

Dilma é a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Nascida em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte (MG), a presidente eleita é formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e trabalhou na Fundação de Economia e Estatística (FEE). Depois, organizou debates no IEPES (Instituto de Estudos Políticos e Sociais) e, com Carlos Araújo, de quem é divorciada, ajudou a fundar o PDT do Rio Grande do Sul. Durante sua carreira, Dilma foi secretária da Fazenda de Porto Alegre, diretora-geral da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, presidente da FEE, secretária de Minas, Energia e Comunicação, ministra de Minas e Energia e ministra Chefe da Casa Civil. Prestes a terminar seu mandato, que durou oito anos, o presidente Lula viu-se incumbido a escolher um dos



companheiros petistas para a sucessão no Palácio do Planalto. Preferiu olhar para dentro de seu governo e eleger um de seus ministros. Dilma Rousseff, hoje com 62 anos, ficou conhecida durante a gestão de Lula como “a mãe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”. Filha de um búlgaro, Péter Russév, e de uma mineira, de quem herdou o nome, Dilma viu-se ligada à política desde muito cedo, mesmo não sabendo disso. Seu pai, que se naturalizou brasileiro com o

nome Pedro Rousseff, foi ligado aos movimentos de transformações na Europa e deixou à filha o espírito libertário, além do gosto pela leitura. Em 1964, ano do golpe militar, Dilma entrou no Colégio Estadual Central. Nesta escola, que era pública e tinha turmas mistas, iniciou a militância na Política Operária (Polop), organização de esquerda com forte presença no meio estudantil, à qual já pertencia seu namorado, Cláudio Galeno. A eleição de Dilma represen-

ta a vitória dos movimentos sociais, das articulações universitárias, das mobilizações de bases, sindicais e populares. Uma vitória também da mídia alternativa - blogs, twitters, sites, revistas e jornais que veiculam provocações, estímulos e irritações nos meios de comunicações. Dilma teve 55.752.493 de votos, o que equivale a 56,05% dos votos válidos - contra 43.711.299 de votos dados ao demotucano José Serra (43,95%). A vitória comprova o prestígio do governo Lula, que goza atualmente de 83% de popularidade. Noutro fato inédito, é a primeira vez na história republicana que um presidente consegue fazer o seu sucessor. Mas a eleição de Dilma não revela apenas a capacidade de transferência de votos do atual governante. Ela indica a elevação do nível de consciência dos brasileiros.

## Geraldo Alckmin vence em 1º turno por uma diferença de 70 mil votos

\* Celso Jardim



O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin venceu as eleições ao governo de São Paulo e o PSDB deve ficar 20 anos no comando do Executivo paulista, fato sem paralelo em qualquer outro Estado do País. Com as urnas apuradas pelo Tribunal Regional

Eleitoral (TRE-SP), o tucano contabilizava 50,6% dos votos válidos contra 49,4% da soma dos demais candidatos, a diferença de um pouco mais de 70 mil votos.

Desde 1994, Alckmin fez parte de todas as gestões do Estado. Foi vice na gestão de Mario Covas (1995-1998) e reeleito ao cargo (1999-2001). Assumiu após a morte do governador (2001-2002) e voltou ao governo pelas urnas (2003-2006). Ficou dois anos afastado do Executivo e foi secretário de Desenvolvimento na gestão de José Serra (2009-2010). Nas últimas duas eleições, Alckmin havia sofrido suas úni-

cas derrotas nas urnas. Na disputa à Presidência em 2006, o tucano obteve menos votos no segundo turno do que havia conseguido no primeiro. Já na eleição à Prefeitura em 2008, acabou eliminado ainda no primeiro turno, após o então governador José Serra (PSDB) optar por endossar a candidatura à reeleição do prefeito Gilberto Kassab (DEM), seu afilhado político.

O tucano ganhou todas as outras oito eleições que disputou. Agora, tornou-se o segundo governador a ser eleito no primeiro turno em São Paulo na vigência da Constituição de 88, o primeiro havia sido

Serra em 2006.

Líder isolado em todas as pesquisas, Alckmin se recuperou dos últimos revezes e ganhou o apoio de parte dos tucanos que o haviam abandonado. O candidato à Presidência pelo partido priorizou agendas no Estado e colou sua imagem em Alckmin que, pressionado pela cúpula do partido, também ajudou o correligionário. No comando da segunda maior máquina do País, Alckmin ganha força dentro do partido e, na avaliação dos seus companheiros de legenda, terá força comparável somente ao senador Aécio Neves dentro da legenda.

# SERVIÇOS NO SINDALESP



**FARMÁCIA DO SERVIDOR**



**ÓPTICAS CATHARINA**



**MASSOTERAPIA**



**OFTALMOLOGISTA**



**FACHADA DA FARMÁCIA E ÓTICA**

## 4ª Copa "Palácio 9 de Julho" de Futsal.



O Sindalesp promoveu e participou do campeonato.

**SindAlesp**

Sindicato dos Servidores Públicos  
da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo



Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Subsolo - Salas 8 e 9 - Ibirapuera - São Paulo  
11 3886-6989 / 3886-6061 • [sindalesp@sindalesp.org.br](mailto:sindalesp@sindalesp.org.br)

**DIRETORIA EXECUTIVA**



**Rosely Teresinha Assis**  
PRESIDENTE



**Débora Pavarino**  
SECRETÁRIA GERAL



**Joalve Vasconcelos Santos**  
TESOUREIRO GERAL

**DIRETORIA PLENA**



**Regina Gely Torres de Brito Braga**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Francisco José de Brito Neto**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Valteriano José de Castro**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Nelson Francisco de Jesus**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Sílvia Maria de Souza**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Rosângela Regina de Sá**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Elton Jorge Bragança**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Maria Regina Souza Ramos**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Nelson Luís de Souza Soares**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**José Ricardo Alves de Andrade**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

**SUPLENTE DA DIRETORIA**



**Rosângela Regina de Sá**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Maria Regina Souza Ramos**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Elton Jorge Bragança**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Nelson Luís de Souza Soares**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**José Ricardo Alves de Andrade**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Sílvia Maria de Souza**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

**CONSELHO FISCAL**



**José Luís de Paulo Biondini**  
CONSULHADOR FISCAL



**Rosângela Regina de Sá**  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Valteriano José de Castro**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



**Sérgio Luis Soares de Oliveira**  
CONSULHADOR FISCAL



**Manoel Porfirio de Sá**  
CONSULHADOR FISCAL



**Manoel Augusto Trindade de Paula**  
CONSULHADOR FISCAL

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**



**Dr. Furlan**



**Dr. Marcelo**



**Dra. Fabiana**



**Celso Jardim**



**Décio**

**EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS**



**Adilaine**



**Adriana**



**Claudinho**



**Ester**



**Rodrigo**



**Célia**



**Daniela**

**DELEGADOS SINDICAIS ALESP**

ADEMAR GONÇALVES DA CRUZ  
ANTÔNIO JORGE JUCÁ ALVES  
CARLOS BARBOSA  
CARLOS EDUARDO GOMES  
CELIO ANTÔNIO BUARQUE DE GUSMÃO  
EDUARDO RIBEIRO ALVES  
FRANCISCO SIMÕES ALMEIDA  
JUDITE DINIZ DA SILVA  
MARCELO CORREA DE LIMA  
MIGUEL ROBERTO MAHFUZ  
NELOR GRANDE FILHO  
SÔNIA REGINA DUARTE

**DELEGADOS SINDICAIS TCESP**

ARLINDO DAVI FERREIRA  
FLORIANO MONTEIRO DE ARAUJO  
GUILHERMINO FRANCISCO DOS SANTOS  
IVETE BAPTISTA DE OLIVEIRA GROPPA  
LUIZ CARLOS G. DA SILVEIRA APOSENTADO  
LUIZ CARLOS LEITE  
MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA  
MARIO SERGI YAMAUTI APOSENTADO  
MAURICIO FERNANDES DA SILVA  
PAULO CÉSAR MENDES DA CONCEIÇÃO  
PLINHO ANTONIO MASTROCOLA  
ROBERTO CAZZOLINO ZELADORIA  
ROBERTO WAGNER PRADO SILVA  
SINESIO JOSÉ DE ALMEIDA

**ALESP CAMINHANDO  
TCESP JUNTOS  
2011**

*“A luta constante pela valorização do servidor público”*

Rosely - Presidente - Gestão 2011/2013

# A chapa encabeçada por Rosely Assis obteve 95,2% dos votos

## Servidores da ALESP e TCE/SP elegem a 1ª mulher presidente do sindicato

Em setembro após dois dias de votação na ALESP e no TCE/SP, e nas unidades do interior do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foram apurados os votos da eleição da nova diretoria do Sindalesp-Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo.

A coordenação da mesa de apuração foi comandada pelo Diretor Jurídico da Confederação dos Servidores Públicos, Osmir Bertazoni, que contou com a participação de Lineu Neves Mazano, Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, do Presidente da Federação Nacional das Assembleias Legislativas e do Distrito Federal, Gaspar Bissoletti Neto e de Marinaldo Fernandes Maciel, membro da executiva da CTB-Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

A chapa nº 1, Caminhando Juntos, encabeçada por Rosely T. Assis foi eleita para dirigir o Sindalesp no triênio 2011/2013. Com o final



da apuração a chapa “Caminhando Juntos” obteve 95,2% dos votos válidos, a apuração dos votos registrou um número maior de votantes que na última eleição realizada em 2007.

Após o resultado oficial o coordenador da apuração da eleição, Osmir Bertazoni declarou: “O resultado desta eleição credencia o trabalho realizado por Rosely a frente do sindicato nos últimos dois anos, porque quando anali-

samos a administração de 2008 da ex-diretoria notamos que era uma colcha de retalhos, cheia de remendos administrativos. A eleição não foi de chapa única, pois a chapa de oposição teve liberdade de se manifestar mesmo estando ilegal e não ter cumprido o estatuto social do sindicato”.

Rosely Assis após ser declarada eleita disse aos presentes no Plenário Teotônio Vilela em nome da nova

diretoria eleita: “Quero agradecer a todos os companheiros da Alesp e do TCE/SP pelo apoio e por acreditarem nas nossas propostas. A votação maciça obtida nas urnas do TCE/SP prova que a nossa bandeira pela união dos servidores do legislativo paulista é vitoriosa, enquanto pequena parcela apoiava a separação do sindicato”.

Rosely ainda destacou as dificuldades encontradas geradas pela diretoria anterior no ano de 2008 e disse: “Um sindicato forte e representativo sempre foi nosso objetivo ao assumir a presidência do Sindalesp no começo de 2009, quando implantamos a política pela Humanização e as campanhas visando oferecer prevenção e cuidados com a saúde dos servidores. Conto com todos nossos colegas da Alesp e do Tribunal de Contas para o fortalecimento e valorização dos servidores públicos do legislativo paulista e buscar o reconhecimento já na próxima campanha salarial”.

**Todos Juntos**  
HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE E NO TRABALHO